

N. F. Nº - 299762.0054/21-3
NOTIFICADO - JBS S/A
NOTIFICANTE - JONALDO FALCÃO CARDOSO GOMES
ORIGEM - IFMT METRO
PUBLICAÇÃO – INTERNET – 06.12.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0420-06/21NF-VD

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. RECOLHIMENTO A MENOS DO ICMS. ANTECIPAÇÃO A PARCIAL. Contribuinte comprovou ter recolhido o ICMS da antecipação parcial antes da entrada no Estado da Bahia. Estando com o Termo de Acordo de Atacadistas (Decreto 7.799/2000), que reduz a base de cálculo do ICMS em 41,176% com a carga tributária efetiva nas saídas internas de 10,58832%, deferida até 31/12/2022. Infração insubsistente. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 08/07/2021, no Posto Fiscal Honorato Viana, em que é exigido o ICMS no valor de R\$20.333,04, multa de 60% no valor de R\$12.199,82, perfazendo um total de R\$32.532,86, pela falta de recolhimento da antecipação parcial do ICMS, em aquisição interestadual de mercadorias destinadas a comercialização.

Infração 01 - 54.05.08 - Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.780/12, c/c art. 12-A, inciso III do art.23, art. 32 e art. 40 da Lei 7.014/96.

Multa prevista no art.42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

Consta anexado ao processo: i) Termo de Ocorrência Fiscal nº 099883.1090/21-7 (fl. 4); ii) cópia do NF-e 003.249 (fl.5); iii) cópia do DACTE nº 375 (fl.6); IV) Cópia do documento do veículo e CNH do motorista (fl.12).

O Notificado apresenta peça defensiva com anexos, às fls. 34/98, onde diz que está apresentando impugnação com fundamento no artigo 132, II, da Lei nº 3.956/1981 e art.123 do Decreto nº 7.629/1999, para em seguida, fazer uma descrição da Notificação Fiscal e afirmando que conforme será oportunamente demonstrada, a acusação fiscal é insubsistente e deverá ser cancelada, pois: (i) O Termo de Acordo da Impugnante, referente ao Decreto 7.799/00 se encontra em plena vigência; (ii) A antecipação parcial foi devidamente recolhida pela Impugnante.

Afirma que a acusação de suposto recolhimento a menor do ICMS devido na operação acobertada pelo DANFE nº 3249 se baseia exclusivamente no suposto fato de que o Termo de Acordo Atacadista Dec. 7.799/00 da Impugnante se encontra em situação irregular, tanto é assim que o cálculo elaborado pela fiscalização considera a alíquota interna de 18%. O cálculo considerado pela fiscalização está equivocado, uma vez que o “Termo de Acordo Decreto 7799/00” da Impugnante encontra-se em plena vigência, com data de validade até 31/12/2022, conforme trecho do Parecer nº 5153/2021, abaixo colacionado:

“Prorrogação de Benefício Fiscal. Credenciamento Decreto nº 7799/00 (Parecer 1821/2013) – art. 1º e 2º redução na base de cálculo nas saídas internas e crédito presumido nas saídas interestaduais – PELO DEFERIMENTO. Efeitos de 03/03/2021 até 31/12/2022.”

Informa que, além da comprovação da vigência do Termo de Acordo da Impugnante acima aduzida, o recolhimento do ICMS antecipado no caso em questão também foi feito de forma regular, o que passa a demonstrar. Nesse caso, a Impugnante se sujeita à antecipação parcial do ICMS, nos termos do disposto no art. 12-A da Lei 7.014/96, considerando ser beneficiária do Termo de Acordo dos Atacadistas aplicou a redução da base de cálculo de 41,176% de modo que a alíquota interna seja de 10,59%, calculando e realizando o pagamento da antecipação parcial antes da saída das mercadorias do estabelecimento do seu remetente. Assim, resta inequívoco o recolhimento da antecipação mencionada na autuação, razão pela qual a Notificação Fiscal em epígrafe não merece prosperar. (copia o DAE e o comprovante do pagamento)

Protesta a Impugnante desde logo pela juntada de novos documentos no decorrer do processo administrativo, sempre visando a comprovação da inexistência da autuação, não ficando a autoridade administrativa competente obrigada a restringir seu exame ao que foi alegado, podendo e devendo buscar todos os elementos que possam influir no seu convencimento.

Requer a Impugnante, seja conhecida e provida esta Defesa para que:

- i) Seja julgada improcedente a Notificação Fiscal, pois foi demonstrada a regularidade do Termo de Acordo Decreto 7799/00 e o efetivo pagamento do ICMS Antecipação por parte da Impugnante.
- ii) Caso remanesçam dúvidas por parte desta douta autoridade julgadora, requer-se a baixa dos autos em diligência a fim que sejam esclarecidas as matérias de fato, com a devida instrução do processo.

Solicita por fim, doravante todas as intimações e notificações relativas ao processo em epígrafe sejam realizadas em nome do patrono da requerente, Fábio Augusto Chillo, OAB/SP 221.616, com endereço profissional na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, 3º Andar, Bloco I, CEP 05.118-100, Vila Jaguará, São Paulo-SP.

Não consta informação Fiscal no processo.

VOTO

O lançamento foi efetuado com o objetivo com o objetivo de cobrar o ICMS da antecipação parcial das mercadorias constantes na NF-e 003.249 (fl.5) como está descrito no corpo da Notificação Fiscal que aqui copio:

“Recolhimento a menor na aquisição mercantil interestadual tributável de diversos produtos constante no DANFE nº 3.249, DACTE 375, destinados a contribuinte em situação fiscal de descredenciamento (Termo de Acordo Atacadistas indeferido) com restrição de crédito tributário junto à dívida ativa do Estado da Bahia, conforme Termo de Ocorrência Fiscal nº 0998831090/21-7, DAE (recolhido a menor) nº 21056551720, R\$9.850,00”

A Notificação decorre da aquisição em outra unidade da Federação de mercadorias para comercialização (linguiça), com o pagamento da antecipação parcial a menor, antes da entrada no Estado da Bahia de mercadoria que não atendia ao estabelecido no inciso III, § 2º do art. 332 do RICMS-BA/12, para poder usufruir do prazo regulamentar para pagamento da obrigação tributária.

Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

....
III – antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

b) não enquadrados no regime de substituição tributária por antecipação e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS:

(...)

§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as

operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:

A Notificada em sua defesa alega que não cabe a cobrança da antecipação parcial sobre a mercadoria vindo do Estado do Paraná, afirmando que conforme será oportunamente demonstrada, a acusação fiscal é insubsistente e deverá ser cancelada, pois: (i) O Termo de Acordo da Impugnante, referente ao Decreto 7.799/00 se encontra em plena vigência; (ii) A antecipação parcial foi devidamente recolhida pela Impugnante. Apresenta como fundamento da sua defesa o parecer deferindo o Termo de Acordo dos Atacadistas, e comprovante de pagamento do ICMS antecipação parcial.

Na análise da documentação anexa ao processo e em consulta ao cadastro de Contribuintes da SEFAZ – INC constato que o Notificado é celebrante do Termo de Acordo dos Atacadistas conforme processo nº 03775620217, através do parecer nº 5131/2021 com efeitos de 03.03.2021 a 31.12.2022, referente à prorrogação de termo de acordo Decreto 7.799/00 – para aplicação do que estabelece nos seus artigos 1º e 2º, redução na base de cálculo nas saídas internas e crédito presumido nas saídas interestaduais.

Sendo a Notificada celebrante do Termo de Acordo dos Atacadistas, tem a seu favor a opção de adotar o tratamento tributário estampado nos arts. 1º e 2º do Decreto 7.799/2000 que permite na comercialização dentro do Estado da Bahia, a redução na base de cálculo em 41,176% constituindo uma carga efetiva de ICMS de 10,58832%.

DECRETO Nº 7.799 DE 09 DE MAIO DE 2000

Art. 1º Nas operações de saídas internas de estabelecimentos inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) sob os códigos de atividades econômicas constantes do Anexo Único que integra este Decreto, destinadas a contribuintes inscritos no CAD-ICMS do Estado da Bahia, a base de cálculo das mercadorias relacionadas aos códigos de atividades constantes nos itens 1 a 16 do referido anexo poderá ser reduzida em 41,176% (quarenta e um inteiros e cento e setenta e seis milésimos por cento), desde que o valor global das saídas destinadas a contribuintes do ICMS corresponda, no mínimo, em cada período de apuração do imposto, aos seguintes percentuais de faturamento:

Art. 2º O contribuinte beneficiado com o tratamento previsto no artigo anterior poderá lançar a crédito, no período de apuração respectivo, o valor equivalente a 16,667% (dezesseis inteiros, seiscentos e sessenta e sete milésimos por cento) do valor do imposto incidente nas operações interestaduais que realizar com as mercadorias relacionadas aos códigos de atividades constantes dos itens 1 a 16 do anexo único deste Decreto.

O art.12-A da Lei 7.014/96 estabeleceu a cobrança da antecipação parcial nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal.

No caso em tela, a NF-e 003.249 tem destaque do ICMS com a alíquota de 7%, como a alíquota praticada pela Notificada nas saídas internas, em razão do Termo de Acordo dos Atacadistas, equivale a 10,59% o valor a ser recolhido pela Impugnante referente à antecipação parcial prevista no artigo 12-A da Lei 7.014/96, é de R\$9.850,96. Valor esse já recolhido em 05/07/2021, pela Impugnante conforme comprovantes de pagamento apresentado na defesa. (fls.94/95).

Diante do exposto, acolho as argumentações defensivas e resolvo julgar pela IMPROCEDÊNCIA a Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

Acordam os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **299762.0054/21-3**, lavrada contra JBS S/A.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 23 de novembro de 2021.

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – JULGADOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR